

TESTEMUNHO DO RACISMO NAS OBRAS *CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS E DIÁRIO DE BITITA*

TESTIMONY OF RACISM IN THE WORKS *CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS AND DIÁRIO DE BITITA*



Dossiê

Literaturas africanas e afrodiaspó-
ricas: escritas emancipatórias

Organizadores:

Prof. Dr. Cláudio R. V. Braga



Profa. Dra. Gláucia R. Gonçalves



Profa. Dra. Fernanda Guida



Profa. Dra. Elena Brugioni



v. 32, n. 61, maio, 2023
Brasília, DF
ISSN 1982-9701



Fluxo da Submissão

Submetido em: 22/11/2022

Aprovado em: 17/02/2023

Distribuído sob



Simone Paiva Daumas

simone.daumas@edu.unirio.br

Bacharela em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Carla da Silva Miguelote

carla.miguelote@unirio.br

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Resumo/Abstract

Palavras-chave/Keywords

Este artigo analisa como o testemunho do racismo conecta as obras *Caderno de Memórias Coloniais* (2018), de Isabela Figueiredo, e *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus. A primeira narrativa denuncia o racismo dos colonos portugueses em Moçambique, nos anos 1960, enquanto a outra revela a profunda desigualdade racial da sociedade brasileira nas décadas de 1920 e 1930. Analisadas a partir da noção de trauma do racismo, ambas podem ser consideradas como literatura de testemunho.

memórias, testemunho, racismo, literatura afro-brasileira, colonialismo

This paper analyzes how the testimony of racism connects the memoirs *Caderno de Memórias Coloniais* (2018), by Isabela Figueiredo, and *Diário de Bitita* (1986), by Carolina Maria de Jesus. The first narrative denounces the racism of Portuguese settlers in Mozambique in the 1960s, while the other reveals the profound racial inequality of Brazilian society in the 1920s and 1930s. Analyzed from the notion of trauma caused by racism, both can be considered as testimonial literature.

memoirs, testimony, racism, Afro-Brazilian literature, colonialism

Introdução

Algumas narrativas autobiográficas, pela natureza das experiências vividas e descritas, exercem um duplo papel: o de registrar fatos e contextos históricos de uma perspectiva subjetiva e testemunhal, e o de denunciar situações e vivências bastante dolorosas ou traumáticas. Quando o leitor se depara com o relato concreto e pessoal do autor, aumentam consideravelmente sua compreensão sobre aquele contexto histórico e, ao mesmo tempo, sua propensão a desenvolver empatia pelo sofrimento alheio.

Este estudo analisa as obras autobiográficas de duas autoras que, de modos e lugares distintos, narraram vivências relacionadas ao racismo. De um lado, temos a perspectiva de uma moça branca que, embora esteja do lado opressor e colonialista, não se identifica com ele. De outro, o ponto de vista de uma jovem negra e pobre, que sofre diretamente seus efeitos, vivendo em situação de extrema pobreza, no Brasil dos anos 1920 e 1930.

A primeira é Isabela Figueiredo, escritora branca moçambicana, autora de *Caderno de Memórias Coloniais*, que faz um relato sobre sua infância, vivida nos últimos anos de Moçambique colonial. A outra é Carolina Maria de Jesus, escritora negra, que obteve grande sucesso de vendas com o livro *Quarto de Despejo*, em 1960. Analisaremos seu livro de memórias infanto-juvenis, publicado no Brasil como *Diário de Bitita* em 1986, após tradução da edição francesa *Journal de Bitita*.

É preciso ressaltar, portanto, que as autoras se situam em lugares de fala opostos, mas complementares. Sobre o conceito de lugar de fala, a filósofa Djamila Ribeiro esclarece:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. (RIBEIRO, 2019, p. 85)

Nos relatos das duas escritoras, as recordações são um veículo para transitar no ambiente reconstituído da época de sua infância, revelando seus contornos sociopolíticos. Ao mesmo tempo, as obras podem ser consideradas como literatura de testemunho, por seu caráter de denúncia da violência do racismo.

Literatura de testemunho

O século XX foi assolado por grandes tragédias, guerras e genocídios, com resultados mortíferos sem precedentes. Alguns sobreviventes desses massacres se viram compelidos a narrar o que testemunharam, tanto para aqueles que, à época, não presenciaram os fatos, como para as gerações futuras. Sua memória e testemunho poderiam complementar a construção da história ou até servir de contraponto à história oficial, muitas vezes omissa ou negacionista.

Segundo Antonello (2016, p. 14), “a literatura de testemunho surgiu no final da Segunda Grande Guerra Mundial”, a partir dos testemunhos dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, e se ampliou aos poucos, passando a “incluir os relatos sobre a violência racista e os abusos cometidos durante as ditaduras nas Américas e na África”. Nessa modalidade, os autores são as próprias vítimas sobreviventes de “experiências de violência física e psíquica” que “procuram dar testemunho do que viveram e presenciaram” (ANTONELLO, 2016, p.14).

Em artigo sobre trauma e testemunho, os pesquisadores Osmo e Kupermann apresentam a reflexão teórica do psicanalista Sándor Ferenczi, contemporâneo e colaborador de Freud. Na concepção de Ferenczi, o trauma “se constitui em dois tempos”. “O primeiro é o do choque, o da violência propriamente dita”, que abala e “age de forma esmagadora sobre o sujeito”, de tal forma que ele “não consegue a princípio falar sobre o que se passou” (OSMO; KUPERMANN, 2017, p. 475). O segundo é decorrente da “reação das pessoas que são próximas do sujeito que foi vítima de violência”, diante de sua tentativa de comunicação da experiência traumática. O conceito de “desmentido” ou descrédito, proposto por Ferenczi,

acontece quando a reação dessas pessoas expressa incompreensão, silêncio, quando se age como se nada tivesse acontecido, como se não fosse importante, ou então quando a fala do sujeito que tenta se expressar é desautorizada. (OSMO; KUPERMANN, 2017, p. 478)

Relatar a tragédia vivida é fundamental, portanto, para o sobrevivente combater versões negacionistas da história, que contradizem sua experiência traumática. Impõe-se a ele um dever ético de testemunhar e expor a verdade. A escrita para um leitor desconhecido talvez seja a saída para quem necessita narrar a experiência, mas tem dificuldade de encontrar pessoas dispostas a ouvir. Como observa Antonello, trata-se de uma forma de contornar “o temor da recusa do outro em escutar sua história terrível”, pois:

Escutar o trauma não é tarefa fácil; escutar é implicar-se naquilo que, ouvido, é testemunhado, é tornar-se testemunha da testemunha. Escutar a dor do outro significa, antes de tudo, suportá-la e reconhecê-la. Narrar, seja oralmente ou pela escrita, significa compartilhar. Na perspectiva ferencziana, negar-se a escutar o relato traumático torna o evento ainda mais destrutivo para a vítima. [...] Veremos que, ao final, a literatura de testemunho é uma tentativa de sobrevivência ao traumático, e que, também, é uma tentativa de compartilhar o trauma com o outro. (ANTONELLO, 2016, p.20)

Essa recusa da escuta aparecia em um sonho recorrente de Primo Levi no campo de Auschwitz, descrito no livro *É isto um homem?*, de 1947. Em seu sonho, já estava em casa, cercado de familiares e amigos, contando sobre os horrores do campo, mas ninguém estava disposto a ouvir. Ao saber que outros companheiros de campo tinham sonhos semelhantes, ele se indagava: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (LEVI, 1988a, p.60). Assim, Primo Levi já antecipava em sonho o segundo momento do trauma, caracterizado pelo descrédito da testemunha, conforme Ferenczi.

Entretanto, é possível atenuar ou impedir o recalque do trauma, acolhendo o relato

da testemunha, sem desacreditar ou menosprezar sua dor. Podemos, inclusive, ampliar o conceito de testemunha, para deixar de ser apenas aquele que viu ou vivenciou a história, mas também aquele que ouviu o relato do outro e, ao invés de silenciar, repercutiu sua voz. Assim nos sugere a escritora Jeanne Marie Gagnebin:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro, não por culpabilidade ou compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 57)

A literatura de testemunho pode, portanto, contribuir para a elaboração da experiência traumática, pois narrar tem efeito terapêutico. Narrativas autobiográficas de sujeitos negros também podem ser consideradas como literatura de testemunho, quando representam uma denúncia e um enfrentamento do preconceito racial sofrido. Porém, é preciso ressaltar que o trauma do racismo é de outra ordem, pois não resulta de uma tragédia que passa, mas de uma experiência traumática que se repete continuamente ao longo da vida.

A perspectiva de uma moçambicana branca: *Caderno de Memórias Coloniais*

A obra *Caderno de Memórias Coloniais*, da jornalista e escritora moçambicana Isabela Figueiredo, teve grande repercussão em Portugal, onde foi publicada em 2009. Trata-se de um relato sobre sua infância e adolescência na cidade de Maputo, outrora chamada de Lourenço Marques, nos anos 1960 e 1970, que antecede a independência de Moçambique.

No livro, publicado no Brasil em 2018, a autora narra os sentimentos conflitantes em relação ao pai, de amor devotado e, ao mesmo tempo, de repúdio a seu caráter racista, de colonizador europeu em solo africano. Em diversas passagens, ela revela seu desconforto, como

branca e filha de colonos, por viver em uma sociedade extremamente racista e desigual, com a qual ela não compactua.

Em entrevista à jornalista Patrícia Campos Mello, do jornal *Folha de São Paulo*, a autora comentou que seu livro foi rechaçado em Portugal pela comunidade dos “retornados”, cerca de “600 mil portugueses que viviam na África e voltaram para Portugal após a independência das colônias portuguesas, entre 1974 e 1975”, por denunciar o racismo português e a exploração dos negros nas colônias africanas, assuntos tacitamente proibidos (MELLO, 2018).

Sua intenção foi mesmo revelar crua-mente a natureza do racismo português em Moçambique, desmontando o mito de que ele tivesse sido mais brando do que o de outros colonizadores. Seu testemunho pessoal é uma denúncia contundente que tem inestimável valor histórico, já que a historiografia oficial tende a ocultar as sombras do passado e a silenciar sobre tudo o que é desagradável para a sociedade encarar.

Sobre a importância da obra de Isabela Figueiredo, a crítica Leyla Perrone-Moisés avalia:

Um testemunho? Sim, mas um testemunho muito particular, redigido anos mais tarde por uma escritora talentosa. O tema é ainda atual, do ponto de vista histórico e ideológico. As iniquidades do colonialismo, os sofrimentos de todos aqueles que o viveram, os crimes provocados pelo racismo e pela exploração do negro, tudo isso é conhecido e suas consequências ainda são visíveis nas metrópoles e nas colônias, mesmo naquelas mais antigas como o Brasil. (PERRONE-MOISÉS, 2018)

Antes de analisarmos o *Caderno de Memórias Coloniais*, é preciso conhecer seu contexto histórico-social. De maneira geral, os negros nativos das colônias portuguesas eram destituídos de direitos de cidadania, conforme o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, instituído pelo Decreto-Lei nº 39.666, de 1954, que atualizou e uniformizou a legislação anterior sobre o indigenato.

O moçambicano José Luís de Oliveira Cabaço, doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo, fornece um panorama sociocultural de Moçambique colonial, mostrando como o indigenato funcionava na prática:

Em Moçambique, até os primeiros anos da década de 1960, por exemplo, era corrente que os “patrões” aplicassem punições físicas aos seus empregados domésticos (“os criados”) ou que as donas-de-casa portuguesas, perante um erro, infração ou desobediência de um “criado”, o enviassem à administração ou à estação de polícia com um bilhete no qual explicavam o “delito” e solicitavam punição física ou mesmo “uns dias de calabouço”. O empregado punido devia devolver o bilhete à “patroa” com um apontamento do funcionário informando que o castigo fora aplicado. (CABAÇO, 2007, p.55)

Vale notar que o racismo português não era muito diferente do *apartheid* da África do Sul e da segregação racial vigente no sul dos EUA. Curiosamente, também em Moçambique, vigorava a regra tácita de que “os negros só podiam sentar-se nos bancos da parte traseira dos ‘machimbombos’ municipais. Se não existiam, ali, lugares livres, deveriam viajar de pé”, do contrário, poderiam ser “expulsos do transporte público” (CABAÇO, 2007, p. 318).

A narrativa de Isabela Figueiredo é uma coleção de fragmentos de memórias de infância e adolescência vividas nesse contexto. Embora sejam fragmentos dispersos, não necessariamente ordenados cronologicamente, como é característico das memórias infantis, cada lembrança parece ser vívida, pois os lugares, as cores, os sons e os cheiros são muito bem descritos. Somos transportados para a cena, escutamos as vozes dos brancos, em momentos de diversão ou demonstração de poder, e o murmúrio dos negros humilhados; visualizamos seu silêncio cabisbaixo, sinais de sua indignação e submissão.

Desde muito cedo, a menina Isabela observava o trabalho do pai, eletricista encarregado de eletrificar as construções dos colonos portugueses em Lourenço Marques, que só em-

pregava negros, por serem mão de obra muito barata e submissa:

Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para enfiar tubos de eletricidade pelas paredes e, depois, cabos elétricos por dentro deles; não tinha a mesma força de besta, resistência e mansidão; um branco servia para chefe, servia para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força. [...]

O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os de caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Se sorrisse, falasse baixo, com a coluna vertebral ligeiramente inclinada para a frente e as mãos fechadas uma na outra, como se rezasse. (FIGUEIREDO, 2018, p.43)

É com um sentimento de incompreensão e perplexidade precoce que a criança branca percebe a situação de mendicância e fome a que os negros estavam submetidos, e a extrema desigualdade de sua própria situação, em relação às crianças negras da mesma idade. Destituídos de suas terras e de quaisquer direitos, sem o conhecimento da língua dos colonizadores, a imensa maioria dos negros não tinha meios de subsistência.

Os pretos começavam a pedir trabalho às nossas portas desde crianças, rapazes e raparigas. Batiam ao portão, abríamos, e apareciam crianças esfarrapadas, descalças, ranhosas e esfomeadas de farinha dirigindo-nos as poucas palavras que conheciam, “trabalho, patrão”. Crianças da minha idade ou mais novas. Abria a porta aos pedintes e ficava a olhá-los sem palavras. Não compreendia. Chamava a minha mãe, que rapidamente os enxotava, “vai-te embora, aqui não há nada!”, e eu seguia para o meu quarto e continuava a ler Dickens ou o que quer que fosse. Não compreendia. (FIGUEIREDO, 2018, p. 45)

A menina Isabela também ouvia os diálogos travados por mulheres brancas reunidas nas tardes dos domingos. Elas confessavam sua tolerância às traições dos maridos e às investidas sexuais deles sobre as negras, a quem julgavam como “cadela fáceis”, de “cona larga”. Animalizavam-nas e verbalizavam um profundo desprezo por elas, pois acreditavam

que as negras “gostavam daquilo” que, para as senhoras brancas, era um sacrifício, apenas o “cumprimento das suas obrigações sexuais” (FIGUEIREDO, 2018, p. 34-35). Além disso, não se sentiam ameaçadas pelos filhos que porventura seus maridos fizessem às negras:

As brancas eram mulheres sérias. Que ameaça constituía para elas uma negra? Que diferença havia entre uma negra e uma coelha? Que branco perfilhava filhos a uma negra? Como é que uma negra descalça, de teta pendurada, vinda do caniço a saber dizer, sim, patrão, certo, patrão, dinheiro, patrão, sem bilhete de identidade, sem caderneta de assimilada, poderia provar que o patrão era o pai da criança? Que preta é que queria levar porrada? Quantos mulatos conheciam o pai? (FIGUEIREDO, 2018, p.35)

Em 26 de abril de 1974, Isabela escuta as conversas de um grupo de homens com o seu pai sobre a revolução militar ocorrida no dia anterior. Sem saber qual seria o destino das colônias ultramarinas, eles especulam, desejando uma independência sob o poder dos brancos: “Iam dar a independência às colônias? Ah, finalmente, África ia ser nossa! Finalmente, íamos deixar de pagar imposto aos cabrões da metrópole!” (FIGUEIREDO, 2018, p. 96).

A libertação do domínio português só ocorreu em 7 de setembro de 1974, quando o Movimento das Forças Armadas, que havia liderado a Revolução dos Cravos, assinou os Acordos de Lusaka na Tanzânia, transferindo a soberania para as mãos da organização Frente de Libertação de Moçambique (GUERRA DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE, 2021).

Isabela testemunhou, nos dias seguintes à libertação, os ataques revanchistas dos negros às propriedades dos brancos, os inúmeros assassinatos, a vingança. Sua família foi poupada de ataques e ela atribui isso à estima do vizinho negro, com quem seu pai mantinha uma relação amistosa:

Quando se deu o 7 de setembro, e nos escondemos no corredor da casa, para nos protegermos dos vidros partidos, de pedras que atirassem, de coquetéis molotov, da morte muito certa, sabíamos lá nós qual, mas gra-

tuita e raivosa, foi o preto do cão branco que nos salvou. A minha mãe atribuiu o milagre a Nossa Senhora, mais às suas orações. Eu acredito que o preto do cão branco e Nossa Senhora se conluiaram em nosso favor. Só pode ter sido o preto a desviar os amotinados da nossa casa e corpos. “Aqueles brancos, não. Ali não.” Penso que lhe devemos as vidas. (FIGUEIREDO, 2018, p. 109)

Em sua partida para Lisboa, em novembro de 1975, Isabela recebeu da família a incumbência de contar aos compatriotas portugueses o horror que presenciara, a terrível vingança dos negros naqueles dias após a independência.

O recado era importante: a pretalhada, nesses dias, matava a esmo; prendia, humilhava aleatoriamente. Sentíamos-nos moribundos; já nem se falava de poder. Tínhamos medo. E isto era a verdade. A verdade do fim.

A vida de um branco em Lourenço Marques tinha-se tornado um jogo de sorte ou azar. (FIGUEIREDO, 2018, p. 111)

A adolescente, no entanto, sabia que aquela não era a única face da verdade, mas a versão dos seus pais. Muitos anos mais tarde, somente após a morte de seu pai, a escritora poderia contar a verdade dela própria: “eles não imaginariam que eu pudesse ter uma verdade só minha, sem a sombra de suas mãos” (FIGUEIREDO, 2018, p. 122).

Sem rodeios, com uma linguagem crua e direta, que inclui até palavras de baixo calão, frequentemente usadas em referência aos indivíduos negros, a narradora reproduz as inúmeras vozes dos brancos, sem identificá-los ou distingui-los claramente, pois basta sabermos que eram falas corriqueiras, repetidas pela comunidade de colonos portugueses em Moçambique.

Nos capítulos finais, a autora retoma o tempo presente e reflete sobre sua condição de desterrada, da terra onde nasceu e para a qual não pode voltar, pois lá seria sempre a “filha do colono”. E rememora, décadas depois, com uma culpa insolúvel, o sentimento da menina privilegiada diante das crianças negras, rotas e esfomeadas que vinham pedir trabalho ao portão de sua casa:

Eu e eles não falávamos a mesma língua. Apenas umas palavras soltas. Olhava-os muito, e eles a mim. Por exemplo, neste momento, estou a olhá-los através do tempo, e há uma perplexidade nos seus olhos, um vazio, uma fome, e nos meus uma impotência, uma incompreensão que nenhuma razão poderá explicar.

Moçambique é essa imagem parada da menina ao sol. Com as tranças louras impecavelmente penteadas, perante a criança negra empoeirada, quase nua, esfomeada, num silêncio em que nenhum sabe o que dizer, mirando-se do mesmo lado e dos lados opostos da justiça, do bem e do mal, da sobrevivência. (FIGUEIREDO, 2018, p.107)

O testemunho de Isabela Figueiredo desnuda, sem qualquer pudor, a crueldade da exploração colonial e o profundo enraizamento do racismo português, contrariando o mito do lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Reconhecer o passado de iniquidade do colonialismo português e suas consequências, é o primeiro passo para o enfrentamento do racismo, que persiste até hoje, na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A perspectiva de uma brasileira negra: *Diário de Bitita*

A escritora brasileira Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914, na cidadezinha de Sacramento, localizada na região do Triângulo Mineiro. Negra e moradora da favela do Canindé em São Paulo na década de 50, obteve grande sucesso literário em 1960 com o livro *Quarto de Despejo*, diário no qual narrou seu cotidiano sofrido de luta pela subsistência, bem como suas constantes reflexões acerca da vida e da pobreza em que estava imersa.

Carolina também registrou suas memórias infanto-juvenis em cadernos manuscritos, que foram entregues à jornalista Clélia Pisa após entrevista concedida pela escritora, em meados dos anos 1970. Esses textos autobiográficos foram reunidos no livro *Journal de Bitita*, obra póstuma editada primeiramente na França em 1982, traduzida depois para o português e publicada no Brasil como *Diário de Bitita* em 1986. Apesar do título sugestivo, o livro possui

narrativa linear. O título original, *Minha vida ou Um Brasil para os brasileiros*, seria mais condizente com a obra, pois abarcaria “tanto a dimensão da escrita de si como a perspectiva da escrita da História, marcada por um sentido de reivindicação da nação por parte do sujeito negro marginalizado” (MIRANDA, 2019, p. 27). O livro reúne relatos da vida sofrida de Carolina, em constante peregrinação por fazendas e cidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais, com a família em busca de trabalho. A narrativa principia na década de 1920 e termina em 1937, com sua chegada à capital de São Paulo, aos 22 anos.

A escritora viveu a maior parte de sua infância e adolescência numa época marcada pela recente abolição da escravatura e pelo influxo de imigrantes europeus após a Primeira Guerra Mundial. Aos negros, expulsos das terras dos antigos senhores, sem cidadania e direitos trabalhistas, restavam trabalhos penosos e mal remunerados, em condições de semiescravidão.

O jornalista Gilberto Maringoni (2011, p. 39) observa que a libertação dos negros se deu “sem medidas complementares, como reforma agrária, ampliação do mercado de trabalho, acesso à educação, saúde etc.”, pois não interessava à elite branca uma verdadeira reforma social. Além do mais, ainda estavam em voga as teorias raciais de superioridade do europeu branco, formuladas por Joseph-Arthur Gobineau em meados do século XIX. Intelectuais brasileiros adeptos dessas teorias, como Sílvio Romero, defendiam o branqueamento da sociedade brasileira e legitimavam a política de incentivo estatal para a imigração de trabalhadores europeus, iniciada em 1870. Após a abolição, essa política se intensificou radicalmente, com resultado desastroso para os negros recém-libertos:

Com a abundância de mão de obra imigrante, os ex-cativos acabaram por se constituir em um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política alguma na jovem República. Os fazendeiros – em especial os cafeicultores – ganharam uma compensação: a importação de força de trabalho europeia, de baixíssimo custo, bancada pelo poder pú-

blico. Parte da arrecadação fiscal de todo o País foi desviada para o financiamento da imigração, destinada especialmente ao Sul e Sudeste. [...] Esta foi a reforma complementar ao fim do cativeiro que se viabilizou. Quanto aos negros, estes ficaram jogados à própria sorte. (MARINGONI, 2011, p.40)

Sem mecanismos de inserção social, houve um inchaço nos centros urbanos de negros em busca de trabalho remunerado, porém sem qualificação adequada. Durante a República Velha (1889-1930), para reprimir esse contingente de ex-escravizados, o Estado utilizou a tipificação penal da vadiagem, que previa pena de prisão de 15 a 30 dias, para quem não tivesse domicílio certo, nem profissão ou meios de subsistência, e vagasse pela cidade na ociosidade (PAULINO; OLIVEIRA, 2020, p. 97-99). Segundo o historiador Walter Fraga, a criminalização da vadiagem no Código Criminal de 1890 era uma “tentativa de controlar e limitar a liberdade dos egressos da escravidão de escolher onde e quando trabalhar, e de circular em busca de alternativas de sobrevivência” (FRAGA *apud* PAULINO; OLIVEIRA, 2020, p. 98).

A menina Carolina, cujo apelido era Bitita, desde muito cedo testemunha essa injustiça social. Naquela época, perseguições, prisões arbitrárias, assassinatos e outras formas de violência policial contra os negros eram frequentes. Várias passagens no *Diário de Bitita* denunciam essa realidade:

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E para os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas. Os pretos, quando recebiam aquele dinheirinho, não sabiam gastar em coisas úteis. Gastavam comprando pinga. Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiam. Para mim, aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães. Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala. A minha bisavó Maria Abadia dizia:

– Os brancos de agora já estão ficando melhor para os pretos. Agora, eles atiram para amedrontá-los, antigamente atiravam para matá-los. (JESUS, 1986, p. 55-56)

Bitita presencia cenas impressionantes, como o assassinato sumário de um negro por um soldado, que lhe provocam, simultaneamente, incompreensão e reflexão precoce.

O fato que me horrorizou foi ver um soldado matar um preto. O policial deu-lhe voz de prisão; ele era da roça, saiu correndo. O policial deu-lhe um tiro. A bala penetrou dentro do ouvido. O soldado que deu-lhe o tiro sorria, dizendo: – Que pontaria que eu tenho!

Com o pé, ele movia o corpo sem vida do infausto e dizia:

– Ele deve ser baiano. [...]

O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. Estava com seis anos. (JESUS, 1986, p. 112-113)

Suas memórias também revelam como a prática de incursão na senzala, para violação das mulheres negras e satisfação dos apetites sexuais dos senhores de escravizados e de seus filhos, pouco muda após a abolição.

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros por-queiras que vieram de além-mar.

No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo. E o povo ficava atribuindo paternidade: – Deve ser filho de Fulano! Deve ser filho de Sicrano. Mas a mãe, negra, inciente e sem cultura, não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X, ou Y. Porque a mãe ia perder o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho! Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar. (JESUS, 1986, p. 34-35)

Frequentemente, Bitita acompanhava sua mãe, Cota, nos trabalhos domésticos que ela arranjava. Naquelas circunstâncias, seria provável que tivesse o mesmo destino que a mãe: analfabeta. Entretanto, por sugestão de uma patroa de Cota, a menina conseguiu entrar no Colégio Alan Kardec, escola mista da cidade de Sacramento, onde estudavam brancos e negros. Apesar de ter sofrido ofensas racistas, deboches e castigos físicos, por insistência e estímulo de uma professora, ela aprendeu a ler (JESUS, 1986, p. 122-124).

Quando subitamente, no caminho de volta da escola, percebeu que já conseguia ler os letreiros das lojas, sentiu uma alegria radiante, que logo virou decepção assim que entrou em casa e não encontrou livro algum. Por sorte, recebeu emprestado de uma vizinha o romance *Escrava Isaura*, que lhe despertou grande interesse, por causa dos temas da escravidão e da abolição.

Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se. Li: “Farmácia Modelo”. Fui correndo para casa. Entrei como os raios solares.

Mamãe assustou-se. Interrogou-me:

- O que é isso? Está ficando louca?

- Oh, mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler!

Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance *Escrava Isaura*. Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidi que deveria ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão. Compreendi que naquela época os escravizados eram ignorantes, porque quem é culto não escraviza, e os que são cultos não aceitam o jugo da escravidão. (JESUS, 1986, p.126)

Desde muito nova, Bitita enfrentou a avareza, a intolerância e o preconceito racial. Ela nos conta como foi maltratada após furtar mangas do quintal de uma vizinha branca. A peraltice típica de crianças custou-lhe muito, pois, além de ofensas racistas da tal senhora, Bitita recebeu chicotadas da própria mãe, que foi avisada do “roubo” da filha:

A dona Faustina foi averiguar o que havia. Encontrou-me com o seio recheado de mangas. Dirigiu-me um olhar que amedrontou-me. Percebi que ela era avarenta. Reprendeu-me!

– Então é você quem rouba as minhas frutas. Negrinha vagabunda. Negro não presta.

Respondi:

– Os brancos também são ladrões porque roubaram os negros da África.

Ela olhou-me com nojo.

– Imagina só se eu ia até a África para trazer vocês... Eu não gosto de macacos. (JESUS, 1986, p. 54-55)

Observadora, ela nota a humilhação por que passavam os negros, sempre vistos como suspeitos pela polícia. Ainda criança, também sofre com as constantes ofensas racistas de meninos brancos contra si:

E os anos foram passando. O que preocupava era a infelicidade dos pretos. Quando ocorria um crime ou um roubo, os pretos eram os suspeitos. Os policiais prendiam. Quantas vezes eu ouvia os maiores dizendo:

– Negros ladrões, negros ordinários.

Eles diziam: – Não fomos nós.

Notava os seus olhares tristes. Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam:

– Negrinha! Negrinha fedida! (JESUS, 1986, p. 91-92)

Em outra passagem do livro, Carolina denuncia um episódio grave de racismo que a vitimou, quando foi injustamente acusada de roubar uma nota de cem mil-réis de um padre que era hóspede numa casa onde ela trabalhava como doméstica. Sem justificativa, Bitita foi considerada suspeita e levada à delegacia:

Eu estava estendendo as roupas quando vi chegarem dois soldados.

– Vamos, vamos, vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa.

Assustei:

– O que houve?

– Ainda pergunta cara de pau! Você roubou cem mil-réis do padre Geraldo. Eram dez horas da manhã. A notícia circulou.

– A Bitita roubou cem mil-réis do padre Geraldo Magalhães. [...]

Fui presa por dois soldados e um sargento. [...]

Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso.

Quando o soldado ia me bater, o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira dos cigarros. Ele queria me pedir perdão.

A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles só sabem dançar e beber pinga. O padre disse que ia rezar, pedir a Deus que me ajudasse na vida. (JESUS, 1986, p.143-144)

Após dois anos de escola, Bitita precisou abandonar os estudos para seguir com a mãe e o padrasto para uma fazenda perto de Uberaba, onde seriam colonos. Ela sofreu bastante com a mudança, porque já era uma aluna dedicada e apegada aos livros: “Chorei porque faltavam dois anos para eu receber o meu diploma. [...] Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava” (JESUS, 1986, p.128).

Depois de alfabetizada, Carolina de Jesus não desgrudou mais dos livros. É impressionante sua paixão pela literatura, considerando que ela só teve dois anos de estudo formal: “Eu passava os dias lendo *Os Lusíadas*, de Camões, com o auxílio do dicionário. Eu ia intelectualizando-me, compreendendo que uma pessoa ilustrada sabe suportar os amarumes da vida” (JESUS, 1986, p. 177).

Anos mais tarde, a família de Bitita seria expulsa da fazenda. O fazendeiro alegou que a produção deles era pouca, mas o fato é que ele não tolerava mais que eles lucrassem sozinhos com a venda das verduras que plantavam. Ao relatar esse episódio, a escritora demonstra a brutal exploração dos negros na lavoura cafeeira: “Ele vendia mil sacos de café classificado, o café moca. Vendia cem porcos gordos para os frigoríficos, e nós ganhávamos trinta mil-réis com as verduras, e ele queria divisão” (JESUS, 1986, p. 135).

Em outra passagem, Carolina denuncia a diferença de tratamento dado aos colonos imigrantes, remunerados por seu trabalho, e aos trabalhadores negros, submetidos a condições análogas à escravidão:

[...] mas o fazendeiro não consentia que plantasse arroz nas cabeceiras dos cafezais.

Não podia plantar feijão no meio dos cafezais, não podia criar porcos nem galinhas; só cuidar exclusivamente do café. O fazendeiro dava uma ordem de cento e cinquenta mil-réis para o colono ir comprar os gêneros alimentícios num empório. O colono comprava feijão, farinha, toucinho, açúcar, querosene, fósforo, fumo, sabão e carne-seca. Não comprava arroz porque o dinheiro não dava. O que comprava não dava para oito dias.

E se fosse pedir outra ordem para o fazendeiro, tinha que ouvir isto:

– Vocês trabalham pouco e comem muito.

No fim do ano, o fazendeiro ia acertar as contas com o negro, o negro estava lhe devendo quinhentos mil-réis...

Só os italianos tiveram permissão para plantar no meio do cafezal, e vendiam o excesso de suas produções. E o fazendeiro pagava-os para cuidar dos cafezais. (JESUS, 1986, p.49-50)

Carolina de Jesus acaba por seguir os passos de Cota, empregando-se como doméstica, inicialmente em Franca, depois em outras cidades. Mas, ao contrário da mãe, impotente perante as injustiças sociais, revolta-se com a espoliação degradante dos negros, na lavoura ou no trabalho doméstico, e escreve críticas contundentes à sociedade brasileira. Essa postura insubmissa é constante em sua produção literária. Com muita lucidez, ela explica o problema do êxodo do trabalhador rural, que causa o inchaço das grandes cidades:

Foi por sofrer muito nas fazendas que escrevi uma poesia: “O colono e o fazendeiro”.

O pobre, não tendo condição de viver dentro da cidade, só poderia viver no campo para ser espoliado. É por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros. Se eles consentissem que plantássemos feijão e arroz no meio do cafezal, até eu voltaria para o campo. [...]

Atualmente eles fazem assim: dão as terras para os colonos plantarem; quando vai-se aproximando a época da colheita, o fazendeiro expulsa o colono e fica com as plantações, e não paga nada ao colono.

O fazendeiro tem uma atenuante:

– As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei.

É um ladrão legalizado. E o colono vem para a cidade. (JESUS, 1986, p. 139-140)

Quando Carolina volta à cidade de Sacramento, acaba sendo presa arbitrariamente, devido a uma intriga forjada por uns rapazes. Por causa dessa denúncia infundada, um sargento ordenou a prisão de Carolina. Ela e sua mãe ficaram alguns dias na Cadeia Pública, até que um primo pagou a fiança exigida:

Já estava ciente que os ricos que nascem nas cidades pequenas podem nascer nus, mas os pobres têm que nascer vestidos de paciência para suportar as ignorâncias. Assustei-me quando vi os policiais. Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. Não perguntei por que estava sendo presa. Apenas obedeci. Minha mãe interferiu, dizendo que eu não estava fazendo nada de errado.

– Cale a boca! E você também está presa.

Seguimos na frente dos dois policiais. [...]

O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presas e sem comer. (JESUS, 1986, p. 179-181)

Carolina viveu a pobreza extrema, marcada pelo racismo. Sua obra autobiográfica é um grito de rebeldia, uma fonte de denúncia que brota de um poço de amargura. Em sua escrita de estilo realista, predomina uma narrativa crua, sem rodeios. Porém, em alguns trechos reflexivos, é possível notar uma linguagem mais elaborada e lírica, que faz uso de metáforas e analogias:

Havia os pretos que morriam com vinte e cinco anos: de tristeza, porque ficaram com nojo de serem vendidos. Hoje estavam aqui, amanhã ali, como se fossem **folhas espalhadas pelo vento**. Eles tinham inveja das árvores que nasciam, cresciam e morriam no mesmo lugar. Os negros não são imigrantes, são acomodados. Não sonham com outras plagas. Às vezes, o homem era vendido e separado de sua esposa. Os sinhôs haviam espalhado que eles eram amaldiçoados pelo profeta Gam. Que eles haviam de ter a pele negra e ser escravos dos brancos. A escravidão era como **cicatriz na alma** do negro. (JESUS, 1986, p. 58-59, grifo nosso)

É inegável sua qualidade literária e uma pena que ela não tenha tido a chance de desenvolver mais seu potencial. Com apenas dois anos de escolaridade, sua inteligência, curiosidade e pendor para a escrita levaram-na a empreender grande esforço para cumprir com autodidatismo aquilo que mais desejava: ser escritora. Sobre seu impulso de escrever, ela própria declarou: “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário” (JESUS, 2014, p.195).

Percebe-se, então, que os diários e os cadernos de memórias da escritora eram uma válvula de escape para as agruras do seu cotidiano, uma forma de lidar com o trauma constante de uma vida de miséria e fome, à qual estava destinada a maioria da população negra.

Considerações Finais

É interessante notar que, apesar da distância geográfica e temporal – Moçambique dos anos 1960 e Brasil dos anos 1920 – foi possível traçar um paralelo entre os contextos histórico-sociais da infância das escritoras. Verificamos que a população negra enfrentava realidades semelhantes, extremamente hostis à sua sobrevivência, desenvolvimento e integração. Sem uma legislação que os protegesse de abusos e lhes garantisse direitos mínimos e condições de subsistência, os negros eram empregados em regimes de trabalho semiescravo, permaneciam marginalizados e sujeitos à violência policial. Enquanto os homens temiam os patrões e a polícia, as mulheres, geralmente empregadas em serviços domésticos, estavam sujeitas a várias formas de dominação e humilhação, inclusive a estupro.

Vimos que narrar a experiência traumática tem efeito terapêutico, mas é preciso que haja um interlocutor disposto a ouvir. Conforme a teoria ferencziana, um segundo momento do trauma ocorre se houver descrédito ou minimização da dor da vítima, o que muitas vezes acontece quando se trata de racismo. A escrita pode ser, então, a melhor saída para a elaboração do trauma.

Ao testemunhar suas marcantes experiências numa sociedade racista, Isabela Figueiredo combate o negacionismo e a indiferença dos portugueses. Por outro lado, Carolina Maria de Jesus compartilha suas dolorosas vivências com o preconceito racial, inaugurando uma literatura de autoria negra, baseada na própria experiência de vida. As escritoras produzem uma literatura de testemunho do racismo, que coloca em xeque a profunda desigualdade racial e convoca o leitor à escuta e à reflexão.

Portanto, esse gênero de literatura deve ser valorizado e difundido em escolas e universidades, servindo de instrumento para uma educação antirracista, necessária para construirmos uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual a cidadania plena é direito de todos.

Referências

- ANTONELLO, Diego F. *Trauma, Memória e Escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise*. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH, 2016.
- CABAÇO, José Luís de O. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TE-SE_JOSE_LUIS_OLIVEIRA_CABACO.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.
- GAGNEBIN, Jeanne M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GUERRA DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra da Independ%C3%Aancia de Mo%C3%A7ambique&oldid=61387777>>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

LEVI, P. *É isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988a.

MARINGONI, GILBERTO. *O destino dos negros após a Abolição*. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): desafios do desenvolvimento, Ano 8, nº 70, 2011, p. 35-42. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios070_completa.pdf>.

Acesso em: 31 ago. 2021.

MELLO, Patrícia C. *Estava a escrever uma coisa que era uma bomba, diz Isabela Figueiredo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 28/7/2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/07/estava-a-escrever-uma-coisa-que-era-uma-bomba-diz-isabela-figueiredo.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MIRANDA, Fernanda R. “*Diário de Bitita*” ou “*Um Brasil para os brasileiros*”: pós-abolição e narrativa em Carolina Maria de Jesus. In: Revista Athena, vol. 17, n. 2, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/4408>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

OSMO, Alan; KUPERMANN, Daniel. *Trauma e testemunho: uma leitura de Maryan S. Maryan inspirada em Sándor Ferenczi*. Psicologia Clínica, vol. 29, núm. 3, pp. 471-493. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291054405007>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

PAULINO, Sílvia C; OLIVEIRA, Rosane. *Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição*. In: Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 94-110, 1º sem. 2020.

PERRONE-MOISÉS. *Caderno de Memórias Coloniais nos atinge tanto no intelecto quanto no físico*. São Paulo: Folha de São Paulo, 28/7/2018.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/07/caderno-de-memorias-coloniais-nos-atinge-tanto-no-intelecto-quanto-no-fisico.shtml>>.

Acesso em: 15 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

COMO CITAR

DAUMAS, S. P.; MIGUELOTE, C. S. Testemunho do racismo nas obras Caderno de Memórias Coloniais e Diário de Bitita. *Revista Cerrados*, 32(61), p. 80–91. 2023. <https://doi.org/10.26512/cerrados.v32i61.45777>